
**Representações da infância no Rio de Janeiro
no início do século XX: diálogos entre as
crônicas de João do Rio e a atuação do médico
Arthur Moncorvo Filho**

*Representations of childhood in Rio de Janeiro at the
beginning of the 20th century: between the chronicles of
João do Rio and the doctor Arthur Moncorvo Filho*

Marcele dos Santos Ribeiro Malaquias

Real Gabinete Português de Leitura /
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Suely Campos Franco

Real Gabinete Português de Leitura /
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Viviane da Silva Vasconcelos

Real Gabinete Português de Leitura /
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

DOI:

<https://doi.org/10.37508/rcl.2026.n56a1426>

RESUMO

O objetivo do artigo é relacionar a questão da infância com a indagação proposta por Margarida Souza Neves acerca das cartografias simbólicas, que parecem estar localizadas nos textos que alguns cronistas formularam sobre a cidade do Rio de Janeiro, em diálogo com as reformas médico-hi-

gienistas que ocorreram na cidade, no início do século XX. As referências foram selecionadas no acervo do Real Gabinete Português de Leitura, por meio de buscas com o descritor “infância”. Nesse levantamento, destacaram-se dois intelectuais que orientaram a pesquisa: o cronista João do Rio (1881-1921), especialmente com o texto *Crianças que matam* (1909), e o médico Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), com o *Histórico da proteção à infância no Brasil (1500-1922)* (1927). A análise das produções desses autores sustentou a hipótese de que, à época, a proteção e a assistência à infância constituíam uma urgência social, evidenciando a relevância das investigações nesse campo. Assim a valorização das obras preservadas na Brasileira do Real Gabinete Português de Leitura resultou numa reflexão transdisciplinar do tema ainda hoje urgente e necessário.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Infância; Literatura; João do Rio; Arthur Moncorvo Filho.

ABSTRACT

This article examines childhood in connection with Neves’s question about the symbolic cartographies left by chroniclers of Rio de Janeiro, in light of the medical-hygienist reforms of the early twentieth century. Based on sources from the Royal Portuguese Reading Room, the study focuses on João do Rio’s *Children who kill* (1909) and Arthur Moncorvo Filho’s *History of child protection (1500-1922)* (1927). The analysis suggests that the protection and care of children were pressing issues at the time, reinforcing the importance of continued research and offering a transdisciplinary reflection on the enduring urgency of the theme.

KEYWORDS: History of Education; Childhood; Literature; João do Rio; Arthur Moncorvo Filho.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a questão da assistência e proteção à infância durante as reformas médico-higiênicas que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, em conjunto com os debates em prol da criança no início do século XX, entre os anos de 1910 a 1920, a partir da indagação proposta por Margarida Souza Neves (1994,

p. 40), em seu texto “O povo na rua um ‘conto de duas cidades””, a saber: *que cartografia simbólica do Rio de Janeiro nos traz, estes narradores/viajantes-do-tempo que são os cronistas?* Nessa perspectiva, o conceito de cartografia simbólica advém de interfaces que foram representadas pela “cultura das ruas, ou popular, na literatura e na imprensa da época” (Cunha, 2005, p. 34), trazendo uma polissemia de sentidos para a construção da análise.

As obras que balizam as questões são de autoria do cronista João do Rio e do médico Arthur Moncorvo Filho. Neves (1994) aborda as desigualdades na cidade do Rio de Janeiro de forma metafórica, dividindo-a entre o dia e a noite. O dia é representado pelos centros urbanísticos, pelas reformas voltadas para a construção de uma cidade inspirada na *Belle Époque* tropical, letrada, higiênica e moderna. Já a noite é simbolizada pelos morros, pela pobreza, pela infância abandonada, pelos bondes lotados, pelos cortiços anti-higiênicos, entre outros. Nesse contexto, são evidenciadas as representações das infâncias, considerando que:

representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também ‘manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade’ (Chartier, 2002, p. 165).

Para a pesquisa histórica, essas representações ajudam a fomentar os rastros deixados acerca dos ideais, locais sociais, cultura e marcas que aguçam indagações acerca da construção de uma determinada categoria, em particular, a infância. O período escolhido justifica-se por dois momentos históricos: a cruzada em prol da infância desvalida na virada do século XIX para o século XX e, no ano de 1923, a outorga da Lei Orçamentária Federal, que possibilitou a criação de

um Juízo Privativo de Menores tornando Juiz de Menores do Brasil a José Cândido de Albuquerque Mello Mattos (1864-1934)¹.

A trajetória em busca de uma judicialização da infância envolvia principalmente médicos, juristas, filantropos e educadores. Essas ações culminaram na promulgação do primeiro *Código de Menores do Brasil* (1927). Considerando essas questões, os estudos das categorias no trabalho de Prost merecem destaque, pois:

a historicização dos conceitos da história permite, ao circunscrever a relação entre conceito e realidade, pensar situações dadas simultaneamente, de maneira sincrônica e diacrônica, segundo eixo das questões e, ao mesmo tempo, dos períodos, como estrutura e evolução (Prost, 1933, p. 129).

Tensionando a questão conceitual deixada por Prost e o documento do *Código de Menores*, apresentamos a sistematização de uma fonte para categorizar as infâncias à época, sendo:

Categorias das infâncias a partir do *Código de Menores* de 1927.

¹ Além das atividades frente ao Juizado de Menores, foi professor do Instituto Benjamin Constant e do Colégio Pedro II. Casou-se com a dama da assistência Dona Francisca Barroso Mello Mattos (1874-1964), não tiveram filhos. Causou polêmicas à época proibindo que crianças se apresentassem em espetáculos teatrais considerados imorais, ou que não tivessem a documentação autorizando-os, foi afastado do cargo no ano de 1928, devido a essa ocorrência.

Categoria	Definição pelo Código de Menores de 1927
Menor	Art. 1. O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos ² de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.
Infantes	Art. 14. São considerados expostos infantes até os sete annos de idade encontrados em estado de abandono, onde quer que seja.
Abandono Material e Moral	Art. 26. São considerados abandonados os menores que: § II. Que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausencia ou prisão os paes, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda. § IV. Que vivam em companhia de pae, mãe ou tutor ou pessoa que se entregue á prática de actos contrários a moral e bons costumes.
Mendicidade e vadiagem	Art. 26. São considerados abandonados: § V. que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem.
Delinquência	Art. 68. O menor de 14 annos, indigitado autor ou cúmplice de facto qualificado crime ou contravenção, não será submetido a processo penal de espécie alguma; a autoridade competente tomará somente as informações precisas, registrando-as sobre o facto punível e seus agentes, estado physico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e econômica dos paes ou tutor ou pessoa de guarda vida.
Trabalho	Art. 101. É prohibido em todo o território da República o trabalho de menores de 12 annos. Art. 102. Igualmente não se póde occupar a maiores dessa idade que contem menos de 14 annos, e que não tenham completado a instrucção primária. Todavia, a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensável para a subsistência dos mesmos ou de seus paes ou irmãos, contanto que receba a instrucção escolar, que lhes seja possível.

Fonte: *Código de Menores de 1927* (Brasil, 1927). Elaboração própria.

Vale ressaltar que essas categorias foram desenvolvidas pensando em vigiar e punir (Foucault, 1987), além do controlar os corpos, tendo como figura central a infância pobre. As punições e sanções para

² Pelos parágrafos terem sido retirados em íntegra do documento do Código de Menores, a linguagem da época foi respeitada neste trabalho.

casos de *delinquência* do *Código de Menores* de 1927 eram impensáveis às crianças de famílias mais abastadas.

Nesse sentido, Bourdieu (2006) sinaliza o conceito de representações, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, como construções desenvolvidas durante as interações sociais, exercendo influências no sentido, na organização e na percepção social. Os estudos de Bourdieu (2006) colaboram para a compreensão da sociedade carioca mais privilegiada à época, que pensava em isolar a pobreza nos subúrbios, o que remete ao texto *Os excluídos do interior* (Bourdieu; Champagne 2001). Essas reflexões provocam o questionamento de que os lugares sociais que cada indivíduo ocupa foi um projeto previamente pensado, por exemplo, por uma elite dominante.

Nas obras que são referência para essa pesquisa – *Crianças que matam* (1909), do cronista João do Rio, e o *Histórico da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*³ (1927), do médico Arthur Moncorvo Filho, que atuava frente às questões da pediatria no Brasil –, notamos as transformações da virada para o século XX na cidade do Rio de Janeiro e retratos da infância na cidade, seja na literatura ou na medicina⁴.

Vale enfatizar que os autores das obras selecionadas para análise também estavam presentes na produção e circulação de periódicos.

³ Ambas as obras que balizam esse trabalho foram pesquisadas, visitadas e estudadas no acervo do Real Gabinete Português de Leitura.

⁴ A metodologia empregou o cruzamento de fontes primárias e secundárias, correlacionando a literatura da época com a revisão bibliográfica temática, valorizando a pesquisa na biblioteca da Brasiliana do Real Gabinete Português de Leitura. Desta seleção, foram analisados e selecionados 20 livros, que se adequam ao período de recorte selecionado, em que as duas obras supracitadas foram selecionadas para fichamento.

João do Rio, cronista de diversos periódicos⁵, publicizava para além das crônicas, enredos novelescos e roteiros de peças teatrais, era também uma figura que foi frequentemente comentada pela imprensa carioca. Essas várias frentes remontam uma difusão multifacetada da obra do autor. Arthur Moncorvo Filho utilizava os jornais e revistas médicas, de uma maneira em geral, para difundir seus estudos, participações em congressos e laboratórios, com destaque para a *Revista Médica*, *Progresso Médico* e *Gazeta Médica da Bahia*. Uma ação de Moncorvo Filho a se destacar são os *Archivos de proteção à infância*⁶, que divulgava através da imprensa periódica leis, atas de congressos, tratados internacionais e políticas públicas de saúde direcionadas ao trato da puericultura, doenças e moléstias de crianças e adolescentes.

AS CRÔNICAS DE JOÃO DO RIO E ÀS INFÂNCIAS

João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921), mais conhecido pelo seu pseudônimo João do Rio, faleceu jovem, aos 39 anos, solteiro e não deixou filhos. Esse popular jornalista brasileiro é conhecido pelas suas publicações que retratam a cidade do Rio de Janeiro, abordando, com sarcasmo e criticidade, a vida citadina no início do século XX. As temáticas tratadas pelo autor, apesar de não focalizarem a infância, giram em torno de assuntos que dialogam com o tema.

Fato que pode ser comprovado, por exemplo, nas crônicas em que João do Rio apresentava os crimes cometidos por menores de ida-

⁵ Como: *Gazeta de Notícias*, *A Noite*, *A Tribuna*, *O Dia*, *Correio Mercantil*, *Tagarela* e *O Coió*.

⁶ Material acessado e disponibilizado através da pesquisa da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

de⁷. *Crianças que matam* é um caso exemplar desse movimento: “é assombrosa a proporção do crime nesta cidade, e principalmente do crime praticado por crianças! Estamos a precisar de uma liga para a proteção das crianças, como imaginava o velho Júlio Vallés...” (Do Rio, 1909, p. 1).

Júlio Vallés⁸ (1832-1885) foi um jornalista, escritor e político francês. O exercício de retomar os autores como referências à época colaborou para compreender suas influências na escrita, seus posicionamentos e a gama intelectual que compunha sua biblioteca. A citação, oriunda do ano de 1909, já evidencia a necessidade do que o autor chama de uma “liga para a proteção das crianças” (Do Rio, 1909, p. 1), o que, em 1927, se fundamenta como o Juizado de Menores, com o *Código Mello Mattos* (1927).

Crianças que matam, para além de tratar a criminalidade infantil, demonstra como a sociedade da época valorizava os impressos no conjunto de hábitos da vida cotidiana, a leitura dos jornais é presente até no corpo no texto, o que indica a valorização do texto jornalístico como fonte para outras áreas do saber, a exemplo do que nota o pensamento de Brittes (2000):

o periodismo tinha papel ativo no conjunto da vida social, não podendo ser entendido como mero reflexo da sociedade. Assumia uma capacidade de interferir nos processos sociais e gerais, estabelecendo articulações entre o universo do consumo e outras práticas, criando necessidades, e conservando hábitos. As revistas e os jornais não se limitavam a registrar imagens de infância pre-

⁷ Importante salientar que na época a maioridade era dada apenas aos 21 anos de idade.

⁸ Em sua atuação na política, foi considerado um porta-voz dos ideais socialistas. Seu livro de maior sucesso foi o *Le cri peuple*, relançado no ano de 1883.

existentes no social. Eles participavam do fazer social daquelas imagens, operando os parâmetros de um grupo social e reforçando seus valores (Brittes, 2000, p. 163-164).

Essas participações, no fazer social de Brittes (2000), são representadas na crônica quando assumem a forma de diálogo: “vê o jornal. Na Saúde, um bandido de treze anos acaba de assassinar um garotinho de nove. É horrível!” (Do Rio, 1909, p. 1). Captar essas pistas e sinais deixados como leituras de jornais nas escritas reafirma a importância dos periódicos no fazer social da época, assim como demonstra uma valorização do texto jornalístico como fonte para outros textos. O fato de este crime ter sido realizado de menor para menor resulta em uma preocupação dos interlocutores da crônica, que temem que seja um crime que passe impune:

dado o grau de civilização atual, civilização que tem em germe todas as decadências, o crime tende a aumentar, como aumentam os orçamentos das grandes potências, e com uma percentagem cada vez maior de impunidade. Lembra-te das reflexões de Thomas de Quincey na sua pedagogia do crime. É dele esta frase profunda: ‘O público que lê jornais contenta-se com qualquer coisa sangrenta; os espíritos superiores exigem alguma coisa mais...’ (Do Rio, 1909, p. 1).

Thomas de Quincey (1785-1859) foi um escritor inglês que tratava de economia, política, história, filosofia e crítica literária. Todavia, a perspectiva que João do Rio se refere ao autor sinaliza as aproximações com o campo da psicologia, no estudo que realizou sobre as motivações para se cometer crimes e o que poderia ser explicado pela mente humana. Ao final do trecho citado acima, o autor ainda se refere ao público-alvo dos jornais e às publicações sangrentas, que pode estar interligado com o fator do sensacionalismo em busca de

apreender os consumidores por enredos cativantes e que criassem uma tensão que provocava o desejo de consumo.

A reportagem do *Correio da Manhã*, de 4 de novembro de 1912, retrata um assassinato cometido pelo menor Franklin, de 18 anos de idade⁹. A vítima foi um pintor de mais de 30 anos, que reclamou da atitude do menor ao exercitar tiro ao alvo próximo a sua obra. O menor reagiu, não parando, assim o pintor partiu de punhos fechados para o agredir. Quando entraram em luta corporal, os operários separaram os dois. Já no caminho de casa, o menor esperava o operário numa emboscada e o matou com um tiro na nuca. A reportagem é seguida de uma fotografia do menor (Fig. 1):

Figura 1 – Menor assassino.



Fonte: *Menores* [...] (1912, p. 3).

⁹ À época, a maioridade penal no Brasil era fixada nos 21 anos de idade, conforme o *Código Criminal do Império* de 1830. Essa situação se modificou com o *Código de Menores* em 1927, que estabeleceu a maioridade penal em 18 anos. Todavia, mesmo antes do Código de 1927, menores já podiam ir a casas de correção a partir dos 14 anos, baseando-se na tese do discernimento.

A revista *Vida Policial* (1925-1927), apesar de ter tido apenas três anos de existência, circulou na cidade do Rio de Janeiro com casos chamados escabrosos, desde relatos de assassinatos de prostitutas localizadas seminuas, que tiveram suas fotografias publicadas, a pessoas degoladas e partes de corpos publicizadas sem pudor. As infâncias não passaram despercebidas pelo periódico. O menino “Cara de Velho” foi retratado por Camara (2010, p. 64). A caricatura de “Cara de Velho” apresentava um mancebo descalço, fumando cigarro, com cara enrugada, cabelos brancos e aparência envelhecida. Era conhecido na cidade como um pivete que cometia furtos (Ribeiro, 1926, p. 25).

Esse é o retrato dado a uma criança pobre entregue à criminalidade, de apenas 14 anos de idade, nos jornais, como uma figura já conhecida e que amedrontava as ruas. Correlacionar esses casos às ocorrências dos jornais à época sinaliza que havia vida naquelas páginas. As crônicas, apesar de terem também uma característica figurativa, apresentavam aspirações da vida nas ruas no Rio de Janeiro Republicano. Os julgamentos de valor e o racismo estão presentes em toda a obra, assim como o preconceito linguístico, através das expressões e gírias utilizadas pelos mais jovens:

– Boa noite! - Boa noite! – respondeu um pretalhão, erguendo-se com os tamancos na mão. Os outros ficaram hesitantes, desconfiando da amabilidade. – Que fazem vocês aí? – Nós? – indagou um rapazola já de buço, gingando o corpo – Contamos histórias: ora aí tem! Interessa-lhe muito? – Histórias! Mas eu gosto de histórias. Quem as conta? – Isso é costume cá no bairro. Há rapazes que sabem contar que até dá gosto. Aqui quem estava contando era o José, este caturrita... Era um pequeno franzino, magro, com uma estranha luz nos olhos. Talvez matasse amanhã, talvez roubasse! Estava ingenuamente contando histórias... Sertório insistia, entretanto, para ouvi-lo. Ele não se fez de rogado. Tossiu, pôs as mãos nos joelhos... – Era uma vez uma princesa, que tinha uma estrela de brilhantes na testa. A roda caíra

de novo num silêncio atento. A escuridão parecia aumentar, e, involuntariamente, eu e o meu amigo sentimos na alma a emoção inenarrável que a bondade do que julgamos mau sempre nos causa... (Do Rio, 1909, p. 4).

No final de *Crianças que matam*, é deixada a reflexão de que o julgamento prévio, incerto, à primeira vista, pode estar errado. Da mesma forma que Adichie (2019) sinaliza, em *O perigo de uma história única*, a problemática da unicidade da narrativa e a criação de estereótipos que nem sempre são verídicos. Essas reflexões acerca dos preconceitos podem ser percebidas na história de vida de João do Rio, pois o autor sofreu diversos ataques por estar acima do peso, ser pardo e questionarem frequentemente sua sexualidade. Interessante analisar as imagens do autor (Fig. 2) que circulavam pelos jornais:

Figura 2 – João do Rio



Fonte: Vol-Taire (1910, p. 7).

A caricatura de João do Rio traz um retrato de um homem enfadado, sobrelha baixa, olhos pesados, fumando, que ressalta o seu sobrepeso e dá sentido a ares de irritabilidade. Apesar de ser uma figura muito querida na época, os cronistas que se dedicavam a descrever a realidade do subúrbio do Rio de Janeiro chegavam a ser conhecidos como boca do inferno, da mesma forma que as caricaturas expressam sinais, “pistas”, para a história. Os retratos sociais dos intelectuais eram comumente influenciados pela mídia, seja pela repetição da imagem de seu busto, caricaturas, charges e sátiras, essas interlocuções entre gênero textual e política podem ser atreladas à fabricação da figura dos personagens emblemáticos à época (Freire, 2003). Segundo Neves, esses sinais também se manifestam na escrita:

cronistas, autores de contos, novelas e romances e escritores de muitos matizes e origens já - por muitas vezes e maneiras - falaram (e escreveram) do mito da página em branco. Do mito da primeira página que resiste, tão pacífica quanto heroicamente, ao desejo do que pretende marcá-la, modificar sua branca pureza, com os sinais da escrita (Neves, 2006, p. 340).

Esses sinais da escrita a que Neves se refere estão atrelados a uma característica de escrita de cada autor que escolhe performar temáticas específicas, e essas escolhas têm interfaces do cotidiano como práticas de resistência e criatividade (Certeau, 2014).

ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À INFÂNCIA EM ARTHUR MONCORVO FILHO

O médico pediatra Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), natural do Estado do Rio de Janeiro, foi filho do médico Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo (1846-1901) e Izabel da Silveira Ferreira de Figueiredo. Atuava nas frentes de proteção à saúde da infância. Fun-

dou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1899) e o Departamento da Criança no Brasil (1919). Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1897), onde a literatura esteve presente em sua trajetória formativa, tendo publicado obras que colocavam a criança em foco, além de ser figura frequente em periódicos científicos¹⁰. Por isso, é considerado um dos propulsores nos tratamentos da infância no Brasil, ao lado do Moncorvo pai.

Moncorvo consolidou sua trajetória como um homem de saúde pública trabalhando em frentes médicas, científicas e filantrópicas nas instituições que criou e nas que atuava em papéis de direção ou como médico pediatra. Em seu itinerário formativo, demonstrou interesse na participação, organização e construções de locais de diálogo acerca da proteção e cuidados para com as infâncias, a exemplo: o Museu da Infância (1922) e os Congressos Brasileiros de Proteção à Infância. Levantar esse breve itinerário formativo do médico constitui uma parte do trabalho, refletindo de acordo com Sirinelli (2003):

as estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados. Assim, se os ‘salões’, na fronteira entre os dois séculos, constituíram uma casa importante no jogo de ludo dos intelectuais, com suas musas da sociabilidade, eles não figuram mais entre os elementos decisivos que hoje quadriculam e subtendem a intelectualidade. Seria portanto aleatório tentar esboçar uma tipologia desses elementos. Mas, em todo caso, é possível e necessário fazer sua arqueologia, inventariando as solidariedades de origem, por exemplo de idade ou estudos, que constituem muitas vezes a base de “redes” de intelectuais adultos. É lógico, sobretudo no caso dos acadêmicos, remontar a seus jovens anos escolares e universitários, numa idade em que as

¹⁰ Informações retiradas do site da Academia Brasileira de Pediatria. Disponível em: <https://www.anm.org.br/moncorvo-filho/>

influências recebem sobre um terreno móvel e em que uma abordagem retrospectiva permite reencontrar as origens do despertar intelectual e político (Sirinelli, 2003, p. 249-250).

Remontar essa trajetória no caso de Arthur Moncorvo Filho é repensar o itinerário de Moncorvo pai, que era considerado o “Pai da Pediatria Brasileira”, pelo seu pioneirismo no trato com as doenças e proteção à criança pobre. Dialogando com Sirinelli (2003) e Bourdieu (2007), os conceitos de campo intelectual, redes de sociabilidade e capital cultural estão em sintonia na perspectiva de cartografar locais, pessoas e o entrelace social que influenciaram seu percurso na atuação médica e assistencial¹¹.

As obras de literatura de Arthur Moncorvo Filho foram localizadas no acervo Brasileira do Real Gabinete Português de Leitura, sendo: *Das lymphangites na infância e suas consequências*, *These das lymphangites na infancia* e *Histórico da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*. Desses livros e teses localizados do autor, destacamos: o *Histórico da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*, pela pertinência à temática deste artigo. Da mesma forma, as vastas fontes iconográficas presentes nele, além de seus capítulos, fornecem dados sobre temáticas que vão de doenças à higiene, chegando no processo de escolarização das infâncias.

O *Histórico da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*, de autoria do fundador do Departamento da Criança no Brasil, Moncorvo Filho, foi prefaciado pelo advogado Esmeraldino Bandeira (1885-1928),

¹¹ Refletindo na importância do estudo das categorias assinalada por Prost (1933, p. 129), faz-se necessário pensar sobre o que é o intelectual. Para Pierre Bourdieu (1968), o intelectual é um agente social com capacidade crítica entre as relações sociais de políticas e desigualdades. Considera-se neste trabalho um intelectual qualquer indivíduo que busca ou produz conhecimento.

um ano antes de sua morte. Analisamos, neste artigo, a edição do Histórico de Proteção à Infância do ano de 1927, o mesmo ano em que foi publicado o primeiro *Código de Menores do Brasil* (1927), o que apresenta uma culminância dos fatos analisados, assim como a relevância da questão à época.

A seleção desta obra deve-se ao fato de que ela abrange boa parte da história do Brasil, tendo sua periodicidade de 1500 a 1922, nas comemorações do centenário da independência do Brasil. O livro é subdividido em períodos, sendo o primeiro período de 1500 a 1874, onde o autor analisa a sorte da criança no Brasil remoto, um apanhado das obras de higiene infantil neste recorte, a proteção jurídica à infância e à puericultura. O conceito de puericultura pode ser definido como “[...] um conjunto de ações voltadas para a manutenção da saúde e prevenção de doenças e o acompanhamento do desenvolvimento da criança” (Albernaz; Couto, 2023, p. 237). Esse conceito é importante para o desenvolvimento deste trabalho, pois no período acima a pediatria ainda não era pensada no Brasil, sendo sua cadeira formalizada por Arthur Moncorvo Filho, em 1882.

Nesse período inicial do Histórico da proteção à infância no Brasil (1500-1922), Moncorvo Filho buscou elementos para tentar descrever como ocorriam os cuidados com a prole dos tamoios e tupinambás, entre outros povos. Destacam-se o uso de sumos e de ervas no auxílio ao tratamento de moléstias na bexiga, por exemplo. Como as cerimônias de casamento e ritos canibais em que a mulher é levada a comer o próprio filho.

O autor destaca a importância do ensino primário que ocorria naquela época, majoritariamente de influência religiosa, assim como afirma que “[...] sempre foi característico da vida do primitivo povo brasileiro o cultivo do sentimento religioso, tudo era feito, então por amor de Deus!” (Moncorvo Filho, 1927, p. 18). Da mesma forma,

a presença da mulher mais velha, a anciã, também era ressaltada como auxiliadora nos partos.

No ano de 1693, o autor assinala um fato que chama de “A primeira demonstração de interesse do Poder Público pela proteção às crianças no Brasil- Expóstos” (Moncorvo Filho, 1927, p. 19), movimento ocorrido primeiramente na cidade do Rio de Janeiro. Também conhecida como roda dos expostos, era um mecanismo similar a uma catraca de botijão de gás, onde as crianças abandonadas pelas mães eram colocadas do lado de fora e giradas para dentro de uma instituição de amparo.

Esse movimento sugere sigilo no processo de abandono de crianças, como descreve o autor: “as noites de profunda calada, na escura constância das quaes se podia enxergar, a custo, vultos se esgueirando” (Moncorvo Filho, 1927, p. 35). Dessa maneira, Moncorvo Filho descrevia como chegavam as mulheres para a entrega dos bebês. Nesse caso, os menores são majoritariamente infantes, retomando as categorias do Códigos de Menores apresentadas no tópico anterior: “são considerados expostos infantes até os sete anos de idade encontrados em estado de abandono, onde quer que seja” (Brasil, 1927, art. 17). A questão da moralidade é sobressaltada, pensando na ilusão do falso amor:

não só seu perdimo amor as rôlas gemiam. Muitas mulheres eram iludidas por namorados, noivos, e amantes. Parecendo n’alguns casos a immaculidade e em todos a honra, as coitadas se viam de esperanças e sem nenhuma esperança de reparação (Moncorvo Filho, 1927, p. 34).

Essa ilusão do falso amor, na década de 1920, era tratada como o crime de sedução ou de defloramento¹², que infligia diretamente a moral e a honra de meninas menores de idade. Durante a assistência à infância no Brasil, essas questões foram uma lacuna por um longo período de tempo. Quando foi sancionado o primeiro *Código de Menores*, no ano de 1927, nenhum tópico tratava dessa questão. Esses casos eram julgados pelo artigo 267 do *Código Penal* de 1890, considerando: “defloramento de mulher menor de idade, empregando sedução, engano ou fraude” (Brasil, 1890, art. 267), quando o ato foi criminalizado aplicando quatro anos de pena de reclusão, apesar de já ser citado no código de 1930.

O fenômeno “Mulher-homem”, que se popularizou pela imprensa, principalmente pela ocorrência do caso da “Mulher-Homem de Copacabana”. Publicado na coluna *Semana Policial* da revista *Vida Policial* (1925-1927), Jandyra Marques, de 20 anos, foi apreendida e teve que prestar esclarecimentos por andar na rua em trajés considerados masculinos à época, ternos e gravatas, atraindo olhares. Interessante analisar esse caso, pois a jovem, quando mais nova, havia fugido do Juizado de Menores. Sua profissão era empregada doméstica, uma profissão tipicamente feminina (Mulher-Homem [...], 1925, p. 29).

¹² As buscas com o termo defloramento na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1910 a 1919, assinalam 1.595 ocorrências. Evidentemente nem todos os casos são efetivamente da vida de meninas. Todavia, esse fator ressalta como esse crime era divulgado na imprensa carioca nos mais vastos periódicos, como: *A Noite*, *Gazeta de Notícias*, *O Fluminense*, *Correio da Manhã*, *O Século*, *Jornal do Brasil*, entre outros. Realizando o mesmo exercício de pesquisa nos anos de 1920 a 1929, são localizadas 1.108 ocorrências. O que demonstra uma diminuição de casos entre as décadas. Este resultado pode ter diversos motivos, principalmente por a década de 1920 ter se iniciado com diversas sanções em busca da judicialização das infâncias, assim como as meninas foram criando táticas para fugir dos atentados contra a sua honra.

Uma análise de casos acerca da temática possibilitou perceber que, quando as meninas eram questionadas das motivações para se vestirem dessa forma, respondiam que era para fugir dos crimes contra a honra, dentre eles, o principal, o defloramento.

Já o segundo período, de 1874 a 1899, inicia-se trazendo a criação da obra de Moncorvo pai, da cadeira de Moléstias das Crianças da Faculdade de Medicina na cidade do Rio de Janeiro. Há informações sobre os cursos livres ministrados por Moncorvo pai, os colégios, orfanatos, asilos e associações de amparo à criança, assim como a puericultura. Disserta, igualmente, sobre o ensino público de 1984 em diante. Num comparativo com o primeiro período, essa segunda fase evidencia maiores preocupações com as infâncias e os estabelecimentos de ensino, assim como a preocupação com a instrução, a judicialização e o amparo à infância pobre.

Nesse tópico, a obra de Moncorvo pai é interligada à saúde e à higiene, tratando essas problemáticas em correlação com a saúde pública. A higiene infantil foi uma temática em destaque, ressaltando que o tema era tratado com despreocupação até o ano de 1874, quando Moncorvo pai declarou publicamente o quão alarmante era essa situação. Nesse sentido, começaram movimentos em periódicos e importantes anais de medicina, que publicaram a questão como uma das preocupações da década.

Essa interface dos orfanatos e casas de misericórdia pode ser interligada ao período anterior, já que, na década de 1920, foram criadas diversas instituições que buscavam amparar as jovens mães. Entre elas, a Casa das Mãezinhas (1927), que abrigava meninas menores de idade grávidas vítimas de crimes contra a honra, fundada como uma seção da Casa Maternal Mello Mattos (1925), instituição mãe que recolhia os filhos das mãezinhas e menores abandonados de 0 a 7 anos. A outra seção que também importa nesse enredo é o Recolhimento Infantil Arthur Bernardes (1926), criado para amparar crian-

ças que moravam nas ruas, todavia, nessa seção era organizada a ala médica pediátrica das instituições. Todas as seções se localizavam na Rua Faro, 80, Jardim Botânico, Rio de Janeiro.

Sobre o Ensino Público, Arthur Moncorvo Filho trata como um acontecimento fundamental o decreto de 15 de outubro de 1827, que “mandou instalar escolas de primeiras letras em todas as regiões do Brasil” (Moncorvo Filho, 1927, p. 121). Vale observar que no centenário deste decreto é lançada a segunda edição do *Histórico da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*, assim como a promulgação do *Código de Menores* de 1927, que ocorre na mesma data. Com o decreto, o autor evidencia uma melhora no quesito da instrução popular, assim como capta a ocorrência como uma nova era para o país.

Enfim, o terceiro período, entre 1899 e 1922, trata de suas iniciativas e factos subsequentes, o Serviço Especial de Medicina escolar, as reuniões dos médicos escolares, a inspeção higiênica dos estabelecimentos de ensino, assim como um projeto de lei pensando essa questão, inspeção ocular e articular, vacinação e revacinação, certificados médicos, complicações das doenças e trabalho do museu da infância. Importante notar que esta etapa do livro constitui seu campo iconográfico, ressaltando as imagens dos atendimentos, postos de saúde e plantas dos estabelecimentos. Esse serviço Especial de Inspeção Escolar tem por finalidade:

Art. 1º – Zelar o mais possível pela hygiene das escolas do Distrito Federal, procurando cuidar seriamente da saude dos alumnos e afastar todas as causas de molestia que os ameacem.

Art. 2º – Este serviço funcionará automaticamente sob a imediata jurisdição do prefeito, a quem mensalmente deve ser apresentado um boletim dos trabalhos executados e annualmente um minucioso relatório propondo as medidas julgadas necessárias para o melhoramento da situação dos educandos nos estabelecimentos de ensino do Discricto Federal (Moncorvo Filho, 1927, p. 196).

Esses artigos mostram a correlação do movimento iniciado no período anterior com as políticas públicas. Esse tópico retrata uma série de concretizações da obra de Arthur Moncorvo pai nas experiências de Moncorvo Filho. Evidentemente que, com a ampliação das escolas públicas, a vigilância iria criar táticas e mecanismos para acompanhar as salas de aula com o exercício docente nas práticas de higiene.

Durante a epidemia de gripe espanhola, em 1918, que assolou o Brasil, também foram pensadas instituições que olhassem especificamente para as infâncias. Uma das ações foi um Posto de Socorros de Assistência à Infância sob a diretoria de Moncorvo Filho. Ressaltamos que o autor fez uma publicação considerada emblemática à época, intitulada *O Pandemônio*, de 1918. A obra de Arthur Moncorvo Filho trata das transformações médico-sanitárias que ocorriam à época, reafirmando a importância de sua intelectualidade e intervenções na sociedade que viveu. Suas obras de literatura compõem uma revisão dos estágios de saúde da infância no Brasil, de 1500 a 1922, o que justifica sua relevância e consonância com os objetivos deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou, em seu campo teórico metodológico, tratar da questão das infâncias a partir da produção de dois intelectuais: João do Rio e Arthur Moncorvo Filho. Durante a pesquisa, duas obras dos autores, localizadas no acervo do Real Gabinete Português de Leitura, destacam-se: *Crianças que matam*, de João do Rio, e o livro *Histórico da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*, de Arthur Moncorvo Filho.

A análise trouxe a reflexão transdisciplinar acerca da medicina e da literatura no campo da História da Educação e Infância, assim como valoriza as obras dos intelectuais retratados e colabora para a fundamentação do campo.

A urgência desses estudos se revela em notícias difundidas através da mídia contemporânea, como a BBC Brasil (*British Broadcasting Corporation*), que questiona as motivações das obras de João do Rio terem caído no esquecimento¹³. Esse fato está atrelado aos seus livros não circularem tanto quanto os de seus contemporâneos, a exemplo: Lima Barreto. Retomar obras do autor é significativo para a formulação de um exercício de valorização da literatura brasileira e de atualização das obras de João do Rio.

Não podemos desconsiderar as comemorações dos 35 anos do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), publicado em 13/07/1990, que é oriundo de uma das revisões feitas ao *Código de Menores* de 1927. A questão da judicialização da infância continua em destaque, sendo suas legislações revisadas periodicamente, assim como a preocupação em proteger e amparar a infância abandonada. A relevância do estudo se perfaz na discussão interdisciplinar que passeia pelos campos da literatura, história, direito e educação comporem uma reflexão acerca da infância e da urgência na busca de solucionar uma problemática que percorre décadas da história do Brasil.

RECEBIDO: 05/11/2025

APROVADO: 22/01/2026

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBERNAZ, Antonio Luiz Goncalves; COUTO, Maria Cristina Ventura. A puericultura no SUS: o cuidado da criança na perspectiva da atenção integral à saúde. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n. Especial 5, p. 236-248, dez. 2022.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco

¹³ Ver: Bernardo (2024).

conhecida. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 233-249, set.-dez. 2010.

BERNARDO, André. Por que a obra de João do Rio, apesar de sua enorme popularidade, caiu no esquecimento? *BBC News Brasil*, Rio de Janeiro, 9 out. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp3w85d5xdjo#:~:text=Fim%20do%20Que%20Hist%C3%B3ria!,ou%20mandou%20coroa%20de%20flores>. Acesso em: 27 mar. 2026.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean et al. (orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 105-145, 1968.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados da capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (org.) *Escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). *A miséria do mundo*. Trad. M. S. S. Azevedo et al. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 481-486, 2001.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 13 out. 1890.

BRASIL. [Código dos Menores]. *Decreto n. 17.943-A de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1911929/d17943a.htm. Acesso em: 27 mar. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano CXXVIII, n. 135, 13 jul. 1990.

BRITTES, Olga. *Crianças de revistas (1930-1950)*. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2000.

CAMARA, Sônia. *Sob a guarda da república: a infância minorizada no Rio de Janeiro da*

década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CUNHA, Leonardo Moreira da. *Selvagens, atroadores e belos: a ambigüidade nas representações dos grupos carnavalescos populares pela imprensa carioca do início do século XX*. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. 133p.

DO RIO, João. *Crianças que matam*. Cinematographo, 1909.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência na prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREIRE, Américo. A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem política de Pereira Passos. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 142-158, maio/ago. 2003.

MENORES assassinos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 5.026, p. 3, 4 nov. 1912.

MONCORVO FILHO, A. *Histórico da proteção à infância no Brasil (1500 – 1922)*. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1927.

MULHER-HOMEM. Toda “almofadinha” Jandyra passeava pela praia. *Vida Policial*, Rio de Janeiro, ano I, n. 38, p. 29, 28 nov. 1925. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=342246&pasta=ano%20192&pesq=%22Jandyra%22&pagfis=1871>. Acesso em: 27 mar. 2026.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. História intelectual e história da educação. *Revista Brasileira de Educação*, [S. l.], v. 11, n. 32, p. 340-345, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wwYZTL66g7xszgYkNq m4DQw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2026.

NEVES, Margarida Souza. O povo na rua um “Conto de duas cidades”. In: PECHMAN, Robert M. (org). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 134-155.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre história*. Paris: [sn], 1933.

RIBEIRO, J. Paula. O “cara de velho”. *Vida Policial*, Rio de Janeiro, ano II, n. 49, p. 25-26, 13 fev. 1926.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 231-270.

VOL-TAIRE. Almanach das Glorias – IV – João do Rio. *Careta*, Rio de Janeiro, ano III, n. 103, p. 7, 21 maio 1910.

MINICURRÍCULO

MARCELE DOS SANTOS RIBEIRO MALAQUIAS é Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Faculdade de Formação de Professores da Faculdade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP), onde também cursou Graduação em Pedagogia. É integrante do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa de História da Educação e Infância (NIPHEI). Bolsista João do Rio do Real Gabinete Português de Leitura.

SUELY CAMPOS FRANCO é Doutora em *Études Portugaises, Bresiliennes et de l’Afrique Lusophone* (Paris 3/Sorbonne Nouvelle) e Doutora em História (UFMG). Dedicou-se a pesquisas sobre circularidades culturais e musicais no mundo luso-brasileiro e entre a França e o Brasil. Foi bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian (Portugal) e é pesquisadora membro do PPLB – Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras (UFRJ/CNPq – Brasil).

VIVIANE DA SILVA VASCONCELOS é Professora Associada de Literatura Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É procientista (UERJ) e Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE/Faperj). Possui Graduação em Comunicação Social (Jornalismo), em Filosofia e Letras (Português/Italiano). Cursou Mestrado em Literatura Portuguesa e Doutorado em Literatura Comparada (UFF). Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal da Paraíba (2023). Integra o Conselho Editorial da Revista *Matraga*. Faz parte do Polo de Pesquisas Literárias Luso-Brasileiras, do Real Gabinete Português de Leitura.